

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Unidade jurisdicionada:

SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES
Governo do Estado da Bahia

Natureza jurídica:

Administração Direta

Exercício da Prestação de Contas: 2017

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	03
LISTA DE TABELAS.....	04
LISTA DE QUADROS.....	05
LISTA DE GRÁFICOS.....	Não se aplica
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	06
1.1 Identificação.....	06
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	06
1.3 Informações gerais.....	07
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	15
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	15
3 ÁREA OPERACIONAL.....	21
3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s).....	21
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	56
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	56
4.2 Área patrimonial.....	56
5 ÁREA DE PESSOAL.....	65
5.1 Análise da gestão de pessoal.....	65
6 CONTROLE INTERNO.....	66
7 CONTROLE EXTERNO.....	67



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCE/BA – Tribunal de Contas do Estado da Bahia

SPM/BA - Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia

CDDM – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher

APG – Assessoria de Planejamento e Gestão

DAF – Diretoria de Administração e Finanças

CAT – Coordenação de Ação Temática

CPG – Coordenação de Planejamento e Gestão

ASCOM – Assessoria de Comunicação

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....	17
TABELA 2	Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO).....	17
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	17
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....	18
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....	18
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....	19
TABELA 7	Execução da despesa por Unidade Gestora (UG).....	20
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....	20
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	57
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....	57
TABELA 11	Contratos de gestão firmados no exercício.....	57
TABELA 12	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	57
TABELA 13	Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	57
TABELA 14	Convênios de captação	58
TABELA 15	Convênios de repasse.....	58
TABELA 16	Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	61
TABELA 17	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	63
TABELA 18	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	63
TABELA 19	Pessoal por natureza da vinculação.....	65
TABELA 20	Cargos comissionados.....	65
TABELA 21	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	07
QUADRO 2	Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ.....	09
QUADRO 3	Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s).....	21
QUADRO 4	Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ.....	21
QUADRO 5	Evolução das metas dos compromissos/programa sob responsabilidade da UJ	42
QUADRO 6	Demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos Compromisso(s)/Programa(s) sob responsabilidade da UJ	51
QUADRO 7	Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob responsabilidade da UJ.....	52
QUADRO 8	Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ.....	53
QUADRO 9	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa.....	54
QUADRO 10	Tomadas de contas de contratos de gestão.....	57
QUADRO 11	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	59
QUADRO 12	Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	61
QUADRO 13	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	62
QUADRO 14	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	64
QUADRO 15	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	64
QUADRO 16	Movimentação de pessoal no exercício.....	66
QUADRO 17	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	67
QUADRO 18	Determinações/recomendações do TCE/BA.....	67
QUADRO 19	Recomendações dos demais órgãos de controle	68

1. IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/sigla: Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM

Poder: 3 – Executivo

CNPJ: 13.763.132/0001-17

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA

Período de gestão: 2017

Outros dirigentes:

Chefia de Gabinete:

Karla Santos Ramos

Assessoria de Planejamento e Gestão:

Yolanda de Souza Checcucci

Diretoria Administrativa e Financeira:

Iracilda Silva Santos

Coordenação de Finanças:

Lílian Pimentel Santana

Coordenação Administrativa:

Virginia M^a Miranda Duarte

Coordenação de Licitações:

Dinaildes Neri Oliveira

Coordenação de Convênios:

Cássia Aragão

Coordenação de Articulação e Ações Temáticas:

Jucinalva Pinto Peruna

Coordenação de Prevenção e Enfretamento à Violência:

Flávia Reis

Coordenação de Autonomia:

Michelle Fraga

Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres:

Fernanda Vieira

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo/finalidade e legislação

A Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, criada pela Lei nº 12.212 de 04 de maio de 2011 e modificada pela Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014, tem por finalidade planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres.

Seu Regimento foi aprovado pelo Decreto 14.030 de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 15 de junho de 2012, revogado pelo Decreto 16.295 de 26 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 27 de agosto de 2015.

QUADRO 1 – Legislação relacionada à UJ

Número	Descrição
12.212	Lei Estadual de 04 de maio de 2011 que cria a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, com a finalidade de planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres. Foi modificada pela Lei 13.204 de 11 de dezembro de 2014.
13.204	Lei Estadual de 11 de dezembro de 2014 que modifica a estrutura organizacional da administração pública do poder executivo estadual e dá outras providências.
14.030	Decreto de 14 de junho de 2012 e publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 14 de 2012 que aprova o Regimento da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM.
16.295	Decreto de 26 de agosto de 2015 e publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia que revoga o Decreto 14.030 e aprova o Regimento da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM.

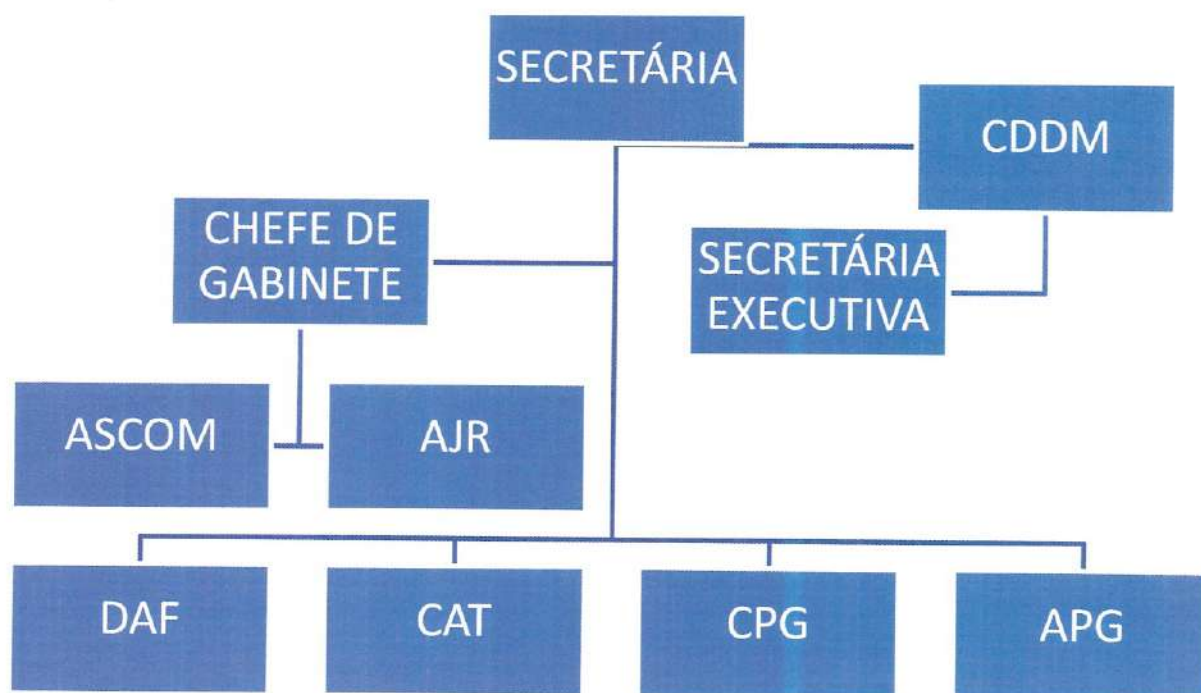
Fonte: <http://www.mulheres.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>, acesso em: 29 jan. 2018.

http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/9_Lei12212de04de04de2011CriacaodaSPMBahia.pdf, acesso em 29 jan. 2018

<http://www.secom.ba.gov.br/arquivos/File/LEI13204.pdf>, acesso em 29 jan. 2018

<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>, acesso em 29 jan. 2018

1.3.2 Estrutura organizacional – Organograma funcional



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ

Nome da Unidade	Finalidade	Principais competências
1. Gabinete da Secretária	Prestar assistência à Titular da Pasta, em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria.	Acompanhar a execução de programas e projetos em desenvolvimento na Secretaria de Políticas para as Mulheres; examinar e aprovar os termos dos Contratos de Gestão a serem firmados por esta Pasta, bem como supervisionar, acompanhar e avaliar o seu cumprimento; promover a integração entre as diversas unidades da Secretaria, visando a melhor coordenação dos trabalhos e a eficiência da Organização; coordenar ações sistêmicas de planejamento e gestão da Secretaria; monitorar, de forma sistemática, os resultados organizacionais, das unidades e do Órgão da Secretaria; promover a publicação de atos oficiais da Secretaria; coordenar as atividades de comunicação social, relativas às realizações da Secretaria; desenvolver outras atividades que lhe forem conferidas ou delegadas.
2. Assessoria de Planejamento e Gestão	Promover, no âmbito setorial, em articulação com a Secretaria da Administração - SAEB e a Secretaria do Planejamento - SEPLAN, a gestão organizacional, do planejamento estratégico, do orçamento e de tecnologias da informação e comunicação - TIC, dos sistemas formalmente instituídos, com foco nos resultados institucionais.	I - por meio da Coordenação de Gestão Organizacional e de TIC: promover e coordenar as ações de modernização atinentes a implantação de modelos institucionais, métodos, técnicas e instrumentos de gestão que visem ao aprimoramento das competências gerenciais e do desempenho organizacional e à melhoria continuada dos resultados da Secretaria, em estreita articulação com as demais unidades; elaborar o planejamento de TIC, bem como gerenciar sua execução, no âmbito da Secretaria, em conformidade com as normas e diretrizes definidas para a Administração Pública do Poder Executivo Estadual; elaborar e acompanhar a implantação de normas e padrões operacionais atinentes às ações de Gestão Organizacional e de TIC; disseminar, para as unidades da Secretaria, as Políticas de TIC e de Segurança da informação definidas para a Administração pública do Poder Executivo Estadual; desenvolver estudos e contribuir na formulação das diretrizes de Gestão Organizacional e de TIC, a serem implementadas no âmbito da Secretaria; implementar soluções de gestão e processos de parceria de gestão, no âmbito da Secretaria, observada a competência da Superintendência da Gestão e Inovação – SGI II - por meio da Coordenação de Planejamento e Orçamento: Elaborar em articulação com as unidades internas o Plano Estratégico da Secretaria em consonância com o Plano Estratégico do Estado; Contribuir com a elaboração do Plano Plurianual e Orçamento Anual em articulação com as unidades internas, bem como coordenar a gestão orçamentária;

		Acompanhar as ações governamentais, consolidando as informações necessárias ao monitoramento dos resultados organizacionais no âmbito da secretaria; Contribuir para a avaliação das ações governamentais a cargo da Secretaria; prestar assessoramento às unidades da Secretaria na gestão orçamentárias das ações financiadas com recursos de transferências voluntárias oriundas de convênio e contratos de repasses, bem como operações de crédito, em articulação com a SEPLAN e SEFAZ; Contribuir para o desenvolvimento das atividades de captação pela Secretaria, de recursos oriundos de convênios e operações de créditos.
3. Diretoria de Administração e Finanças	Executar as atividades de material, patrimônio, serviços, recursos humanos, administração financeira e de contabilidade.	I - por meio da Coordenação de Licitações: promover e acompanhar as licitações, no âmbito da Secretaria, em estreita articulação com a Coordenação de Licitação CCL - SAEB; II – por meio da Coordenação de Contratos e Convênios: executar as atividades de gerenciamento, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos e convênios sob sua responsabilidade, bem como manter registros atualizados de contratos e convênios, no âmbito da Secretaria, em estreita articulação com as unidades gestoras; III - Por meio da coordenação Administrativa: executar as atividades de administração de material, patrimônio, serviços e recursos humanos, bem como as atividades de execução orçamentária e de serviços de suporte, infraestrutura e manutenção de TIC, no âmbito a Secretaria, em estreita articulação com a unidade central do Sistema Estadual de Administração; IV – por meio da Coordenação de Finanças: executar a atividades de administração financeira e de contabilidade, em estreita articulação com as unidades centrais do Sistema Financeiro e de Contabilidade do Estado.
4. Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas	Integrar as políticas para as mulheres nas áreas de educação, saúde, trabalho e participação política, visando ao combate à violência contra a mulher, à redução das desigualdades de gênero e à eliminação de todas as formas de discriminação identificadas.	Elaborar e desenvolver programas, projetos e ações para formação e capacitação do público interno e externo da Secretaria, em articulação com os órgãos competentes, em conjunto com a Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres; Consolidar uma metodologia participativa pautada no diálogo e na observância dos princípios da valorização da diversidade cultural, étnica, racial, geracional, de condição pessoal e de orientação sexual das mulheres; Promover e articular a participação da Secretaria no programa de formação e capacitação de servidoras/es desenvolvidos por diversas áreas e órgãos da administração pública estadual, que atuam em atendimento e apoio às mulheres, especialmente nas áreas de saúde e sexualidade, violência doméstica e sexual, turismo, dentre outras; Promover e apoiar projetos de caráter preventivo, educativo, de desenvolvimento pessoal e social, dentre

		outros, visando fortalecer a cidadania das mulheres e combater as discriminações e desigualdades de gênero; Promover, apoiar e articular programas de formação de servidoras/es públicas, visando contribuir para transformar conceitos e práticas discriminatórias; Estabelecer parcerias, convênios ou acordos de cooperação técnica ou outros instrumentos congêneres com instituições públicas e privadas e organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, para desenvolvimento de programas ou projetos que atendam à demanda da mão-de-obra feminina, com o objetivo de promover a autonomia sócio produtiva das mulheres; Promover campanhas, oficinas e palestras visando esclarecer a população feminina de baixa renda, preferencialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social, violência doméstica sexual, sobre a necessidade e a importância da regularização documental, como instrumento do exercício pleno da cidadania ativa; Participar e apoiar ações em cumprimento à legislação pertinente aos direitos das mulheres, dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais; Participar e apoiar ações nos diversos âmbitos e esferas da Administração Pública Estadual, em especial na saúde, na educação, no desenvolvimento social, na reparação, na habitação, na justiça e nos Direitos Humanos, na economia e no trabalho, visando à afirmação dos direitos das mulheres e à redução das desigualdades e discriminações; Articular parcerias e cooperação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com vistas a desenvolver ações e projetos de apoio aos serviços de atenção às mulheres; Desenvolver e aprofundar as parcerias com o Governo Federal, Estadual e Municipal, a sociedade civil e os movimentos sociais, visando contribuir para ampliar e melhorar a qualidade e humanização dos serviços de atendimento às mulheres, fortalecer a rede de cidadania e promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, sexuais e reprodutivos das mulheres; Apoiar as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Promover atividades de sensibilização e capacitação, como palestras, oficinas, cursos e participações em feiras, na comunidade, em escolas, nas instituições sindicais, de ensino e religiosas, em grupos organizados de mulheres, nas unidades de saúde, dentre outras, sobre as questões referentes à violência contra a mulher e relações de gênero; Apoiar e divulgar ações, projetos e serviços inerentes à mulher; Identificar e publicizar as diversas causas que dificultam o rompimento da situação de violência contra as mulheres, promovendo o esclarecimento, a denúncia e a intervenção; Manter, em articulação com a Rede de Atenção a Mulheres em Situação de Violência, canais permanentes de relação com movimentos
--	--	---

		sociais de mulheres e outros segmentos da sociedade civil, apoiando o desenvolvimento das atividades que estejam em conformidade com as políticas da Secretaria; contribuir para o fortalecimento e consolidação das instâncias de participação popular e controle social das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Contribuir para o fortalecimento e consolidação das instâncias de participação popular e controle social das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Apoiar e realizar eventos, cursos, campanhas, feiras, seminários, encontros e outras atividades referentes ao movimento de mulheres; Desenvolver atividades que contribuam para o rompimento dos ciclos de violência, promovendo a autoestima e autonomia das mulheres.
5. Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres	Apoiar a formulação e a implementação de políticas públicas de gênero, de forma transversal.	Viabilizar a produção, promover a seleção e aquisição de documentos, vídeos, livros e outros, referentes a saúde e a sexualidade, a violência doméstica e sexual, ao turismo dentre outros temas relacionados a mulher, procedendo a sua organização e disponibilização as mulheres; Sistematizar e manter acervo com informações e dados estatísticos sobre emprego e renda, etnia, saúde, escolaridade, violência e outras questões no que se refere à população feminina; Manter contatos permanentes com órgãos e entidades que desenvolvem ações ou produzem trabalhos científicos com enfoque em gênero, no sentido da obtenção de publicações de interesse da Secretaria; Disseminar informações sobre os serviços e produtos da Secretaria, a partir do subsídios das diversas unidades; Divulgar dados, indicadores e aneis produzidos no âmbito da coordenação, com a utilização de meios analógicos e digitais; Fornecer subsídios ao gabinete para definição e prioridades nos programas interinstitucionais para atuação da Secretaria; Planejar, coordenar e supervisionar, em parceria com a Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas, a execução de acordos, conversões de programas intercâmbio e cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, nas questões que atingem as mulheres, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos; Fornecer subsídios para proposição a outros órgãos da Administração Pública Estadual de atividades e programas relativos à mulher; Acompanhar em articulação com as bancadas femininas, a tramitação de proposições nas instâncias do Poder Legislativos, relacionadas com os direitos das mulheres; Promover as Conferências Territoriais e Estadual de Políticas Para as Mulheres, e parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher- CDDM, com a Sociedade Civil e com o Movimento Social de Mulheres; Exercer a supervisão, o acompanhamento, o

		monitoramento e a avaliação dos planos, programas, projetos e atividades da Secretaria; Apoiar e acompanhar as atividades do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher-CDDM; Acompanhar e monitorar a execução das ações que integram o Plano Plurianual e o Plano Estadual de Políticas Para as Mulheres; Divulgar dados, indicadores e análises produzidas, interna e externamente, referentes à execução de políticas para as mulheres.
6. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM	Estabelecer diretrizes e normas relativas às políticas e medidas que visem eliminar a discriminação e garantir condições de liberdade e equidade de direitos para a mulher, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado	Formular diretrizes, visando à eliminação das discriminações que atinjam a mulher e promover a sua implementação no âmbito da Administração Direta e Indireta; elaborar estudos e propor o desenvolvimento de programas, projetos e atividades destinados à defesa dos direitos da mulher; assessorar o Poder Executivo Estadual na elaboração e execução de políticas que repercutam sobre os interesses e direitos da mulher; articular-se com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para acompanhamento e avaliação dos programas federais desenvolvidos no Estado, bem como dos acordos internacionais e legislação pertinente, subscritos pelo Governo Brasileiro e voltados especificamente para a mulher; monitorar, junto aos órgãos competentes, o direito da mulher como direito humano, conforme normativa internacional; estimular, apoiar e desenvolver estudos, pesquisas e debates sobre a condição da mulher baiana, com vistas a corrigir e evitar distorções e discriminações; promover ações, visando à celebração de convênios com organismos públicos e entidades privadas, para pesquisas, publicações, projetos e eventos em torno da temática da mulher, garantindo o acesso do CDDM a todos os dados e aos resultados; instituir e manter atualizado um centro de documentação, onde sejam sistematizados dados estatísticos e científicos, jurisprudência e publicações pertinentes à defesa dos direitos da mulher; promover a edição de publicações sobre a atuação do CDDM e temáticas afins; comunicar aos órgãos próprios o descumprimento referente aos direitos da mulher de que tomar conhecimento; receber, examinar, encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, as denúncias relativas às discriminações da mulher, para as providências cabíveis; incentivar e apoiar a criação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher em todo o Estado e acompanhar suas atividades; promover intercâmbio com as organizações e instituições nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, visando à implementação de políticas e programas do Conselho; estimular o desenvolvimento dos movimentos organizados de mulheres, mas sem interferir no conteúdo e orientação de suas ações; promover cursos, seminários e simpósios periódicos sobre assuntos de interesse da

		mulher, difundindo conhecimentos e colhendo sugestões para a atuação do Conselho; elaborar Plano de Ação das atividades do Conselho, submetendo-o à apreciação da Secretária de Políticas para as Mulheres; articular-se com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e demais órgãos e instituições congêneres, para fins de colaboração recíproca no cumprimento dos objetivos comuns; pesquisar sobre as formas de discriminação de gênero e os meios de combatê-las, propondo ao poder público medidas concretas que inibam a prática de qualquer conduta discriminatória contra a mulher; fiscalizar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher; propor a concessão de incentivos a atividades educacionais, esportivas, culturais e científicas da mulher, sob a forma de bolsas de estudo e de pesquisa, prêmios e outras modalidades; aplicar e difundir os princípios e normas da Convenção Internacional para eliminação das discriminações contra a mulher e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, nos termos em que forem ratificadas pelo Governo Brasileiro; elaborar e aprovar seu Regimento Interno, inclusive suas alterações; exercer outras atividades correlatas.
--	--	--

Fonte: Regimento Interno

2. ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

Através da Lei 12.212, de 04 de maio de 2011, publicada no DOE de 05 de maio de 2011, que modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, foi criada a **Secretaria de Política para Mulheres – SPM**, esta Secretaria tem por finalidade planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres.

MISSÃO:

Elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para todas as mulheres, respeitando suas diferenças, com prioridade para as mulheres em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, em todo o Estado da Bahia.

A **Lei nº 13.602 de 29/12/2016**, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE em 30/12/2016, “Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2017” nos termos das normas das Constituições Federal e Estadual e da Lei Nº. 13.563 de 20/06/2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, compreendendo: Orçamento Fiscal, Orçamento de Seguridade Social e Orçamento de Investimento.

O **Decreto Financeiro Nº 04** de 11/01/2017 foi publicado no Diário Oficial do Estado – DOE em 12/01/2017, que aprova a Programação da Execução Orçamentária e Financeira do Poder Executivo, e seus órgãos, entidades e fundos, para o exercício 2017.

O Orçamento inicial foi publicado no Diário Oficial do Estado em 11/01/2017 no valor de **R\$7.219.000,00 (sete milhões, duzentos e dezenove mil reais)**, sendo que para Pessoal - R\$ 3.110.000,00; Custeio - R\$ 2.317.000,00; Finalística - R\$310.000,00 e Projetos - R\$1.482.000,00 e no decorrer do exercício foram elaboradas 176 (cento e setenta e seis), “Propostas de Créditos” para ajustar, reduzir e suplementar o Orçamento.

Durante o exercício de 2017 devido as Modificações Orçamentárias relacionadas anteriormente, ocorreram acréscimos no total de R\$6.711.048,00 (seis milhões, setecentos e onze mil e quarenta e oito reais), finalizando o exercício com o Orçamento em **R\$13.957.622,00 (treze milhões novecentos e cinquenta e sete mil seiscentos e vinte e dois reais).**

- **Acréscimo com Recursos do Estado** F.0.100, 5.100 e 5.300 no valor de R\$1.306.828,00 que corresponde 16,53% em relação ao Orçamento Inicial.

- **Acréscimo com Recursos Federais** F.0.131 e 0.331 referente a Convênios no valor de R\$5.404.220,00 que corresponde 90,04% em relação ao Orçamento Inicial.

Concluimos que o Orçamento de 2017, que é um instrumento de planejamento das ações governamentais, foi encerrado com o valor de **R\$13.957.622,00 (treze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte e dois reais)**, sendo a execução com Recursos Estaduais 91,55%, Recursos Federais 77,12 %. **Totalizando a execução com o percentual de 85,40 %.**

ORÇAMENTO / EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UG	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ORIGEM DOS RECURSOS	ORÇADO ATUAL	EXECUTADO	%
0001 DAF	0.100	ESTADUAL	7.140.955	6.764.413	94,73
	0.128		250.000	189.953	75,99
	0.328		60.182	45.346	75,35
	5.100		40.001	25.180	62,95
	5.300		<u>524.264</u>	<u>312.634</u>	<u>59.63</u>
			8.015.402	7.337.526	91,55
	0.131	FEDERAL FEDERAL FEDERAL DEVOLUÇÃO	779.912	320.122	41,05
	0.331		2.246.875	1.346.749	59,94
	0.331		<u>2.915.433</u>	<u>2.915.433</u>	<u>100,00</u>
			5.942.220	4.582.304	77,12
	TOTAL			13.957.622	11.919.830

TABELA 1 – Execução da receita

Em R\$1,00

Fonte		Prevista	Atual	Realizada
Código	Descrição			
0.131.100915	TR VOL FEDERAL/DIR - 770559 - 00011/2012	538.000,00	538.000,00	304.706,24
0.131.101528	TR VOL FEDERAL/DIR - 837306/2016	0,00	241.912,00	250.698,06
Total		538.000,00	779.912,00	555.404,30

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 2 – Execução da despesa da UJ por unidade orçamentária

Em R\$1,00

Unidade orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações Concedidas
Código	Descrição						
3.34.101	SPM	7.219.000,00	13.957.622,00	11.919.830,55	11.742.606,52	11.687.203,87	231.509,24
Total		7.219.000,00	13.957.622,00	11.919.830,55	11.742.606,52	11.687.203,87	231.509,24

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 3 – Execução da despesa por função

Em R\$1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição					
14	Direitos da Cidadania	7.219.000,00	10.847.820,00	8.810.029,52	8.632.805,49	8.577.402,84
28	Encargos Especiais	0,00	3.109.802,00	3.109.801,03	3.109.801,03	3.109.801,03
Total		7.219.000,00	13.957.622,00	11.919.830,55	11.742.606,52	11.687.203,87

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

Em R\$1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição					
		Inicial	Atual			
211	Mulher Cidadã	1.792.000,00	5.205.381,00	3.422.643,25	3.290.602,06	3.290.602,06
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	5.427.000,00	5.642.439,00	5.387.386,27	5.342.203,43	5.286.800,78
900	Operação Especial	0,00	3.109.802,00	3.109.801,03	3.109.801,03	3.109.801,03
Total		7.219.000,00	13.957.622,00	11.919.830,55	11.742.606,52	11.687.203,87

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

Em R\$1,00

Categoria econômica/Grupo da despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição					
		Inicial	Atual			
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	3.110.000,00	3.131.947,00	3.033.803,56	3.033.803,56	2.978.400,91
3.3	Outras Despesas Correntes	3.461.000,00	9.793.035,00	8.319.116,22	8.141.892,19	8.141.892,19
4.4	Investimento	648.000,00	1.032.640,00	566.910,77	566.910,77	566.910,77
Total		7.219.000,00	13.957.622,00	11.919.830,55	11.742.606,52	11.687.203,87

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

Em R\$1,00

Elemento de despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
04	Contratação por Tempo Determinado	295.000,00	288.760,00	255.007,13	255.007,13	249.475,75
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.298.000,00	2.309.429,00	2.256.194,91	2.256.194,91	2.234.389,11
13	Obrigações Patronais	516.000,00	484.000,00	472.856,75	472.856,75	444.791,28
14	Diárias Civil	87.000,00	90.160,00	68.221,36	68.221,36	68.221,36
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.000,00	27.810,00	27.797,89	27.797,89	27.797,89
30	Material de Consumo	80.000,00	193.854,00	173.079,81	173.079,81	173.079,81
33	Passagens e Despesas com Locomoção	273.000,00	378.744,00	232.520,39	210.108,65	210.108,65
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	219.000,00	1.111.908,30	617.364,94	617.364,94	617.364,94
37	Locação de Mão-de-Obra	549.000,00	631.000,00	616.599,13	616.599,13	616.599,13
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.796.000,00	2.752.479,70	2.054.288,71	1.899.476,42	1.899.476,42
41	Contribuições	307.000,00	1.146.161,00	1.114.970,18	1.114.970,18	1.114.970,18
42	Auxílios	66.000,00	67.114,00	67.112,25	67.112,25	67.112,25
46	Auxílio-Alimentação	60.000,00	87.010,99	86.608,95	86.608,95	86.608,95
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	30.000,00	45.135,00	6.720,00	6.720,00	6.720,00
49	Auxílio-Transporte	60.000,00	77.789,01	71.245,04	71.245,04	71.245,04
52	Equipamento e Material Permanente	582.000,00	961.314,00	495.586,52	495.586,52	495.586,52
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	193.538,00	193.242,56	193.242,56	193.242,56
93	Indenizações e Restituições	0,00	3.111.415,00	3.110.414,03	3.110.414,03	3.110.414,03
Total		7.219.000,00	13.957.622,00	11.919.830,55	11.742.606,52	11.687.203,87

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 7 – Execução da despesa por Unidade Gestora (UG)

Em R\$1,00

Unidade gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações recebidas
Código	Descrição				
0001	Diretoria de Administração e Finanças da SPM - Executora	11.688.321,31	11.540.309,78	11.484.907,13	0,00
Total		11.688.321,31	11.540.309,78	11.484.907,13	0,00

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

R\$1,00

Unidade Gestora		Categoria ⁽¹⁾			
Código	Descrição	Despesas de exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	Total
33909200	Despesas Exercícios Anteriores	R\$120.267,62	R\$0,00	R\$51.028,06	R\$171.295,68
Total		R\$120.267,62	R\$0,00	R\$51.028,06	R\$171.295,68

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3. ÁREA OPERACIONAL

3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s):

QUADRO 3 – Programas prioritários de governo sob responsabilidade da UJ

Programa	
Código	Descrição
119	Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres
120	Autonomia das Mulheres

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

QUADRO 4 – Programas não prioritários de governo considerados relevantes pela UJ

Programa	
Código	Descrição
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo
900	Operação Especial

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

3.1.1 Avaliação dos resultados dos indicadores

AÇÃO: 5544 - Apoio Técnico e Financeiro a Projeto de Inovação na Área de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Mineração.

Trata-se de uma ação que visa identificar iniciativas e apoiar projetos conduzidos por mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e mineração. Com efeito, a inserção das mulheres no sistema de ciência, tecnologia e inovação carece de mais incentivos do poder público e dos setores privados da economia baiana. Nessa linha, a SPM tem buscado o estabelecimento de parceria com as universidades públicas tendo em vista aproveitar o aumento da presença feminina no ensino superior, especialmente nas áreas das ciências exatas. A estratégia compreende a realização de seminários, workshop e apoio técnico e financeiro a projetos novos e maduros. Não obstante o contingenciamento orçamentário, nos termos do Decreto nº 16.593, de 18 de fevereiro de 2016, a SPM iniciou a construção do Projeto do Centro Vocacional Tecnológico para as Mulheres com vistas à profissionalização, aumento da produtividade e da renda de empreendedoras de comunidades quilombolas, indígenas e trabalhadoras da agricultura familiar e mulheres urbanas.

Projeto Mulheres nas Ciências:

Na perspectiva em dar visibilidade e estimular mais mulheres a participarem dos campos científicos e tecnológicos, o Governo da Bahia entregou o prêmio Bahia pela Diversidade 2016, edição Mulheres nas Ciências, no Museu de Arte da Bahia (MAB), incluindo essa atividade no calendário comemorativo do mês de março (30/03/2017).

Realizado por meio de uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-BA), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), o "Mulheres nas Ciências" premiou duas pesquisadoras de destaque e quatro jovens pesquisadoras nas áreas das Ciências Exatas, da Terra e Engenharias e Ciências Biológicas.

Na categoria de pesquisadoras de destaque, foram premiadas a doutora em Oceanografia, Vanessa Hatje, e a pós-doutora em Ecologia, Blandina Felipe Viana. Já na categoria jovens pesquisadoras, as selecionadas foram à doutora em Matemática, Luciana Silva Salgado, a doutora em Farmácia, Eliane de Oliveira Silva, a pós-doutora em

Farmácia, Darízy Flávia Silva Amorim de Vasconcelos, e a pós-doutora em Ciências Biológicas, Lorena Andrade Nunes.

AÇÃO: 4689 - Funcionamento de Unidade Móvel de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

A Unidade Móvel de Atendimento à Mulher em Situação de Violência é uma das principais ações da SPM. O projeto faz parte do Programa “**Mulher, Viver sem Violência**”, lançado em 2013, através de uma parceria entre o Governo Federal e o Governo da Bahia, e integra as ações de implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

As Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo foram lançadas na Bahia em março de 2014, como parte das ações de implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. São destinadas à execução das atividades inerentes ao enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e na floresta, no âmbito dos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

Para a execução de tais atividades, a SPM/BA firmou Termo de Colaboração Técnica e financeira com entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com vistas a planejar e executar as atividades previstas, bem como elaborar e apresentar relatórios dos atendimentos efetuados. Em junho de 2015 foi firmado o Convênio 016/2015, entre o Instituto de Inovação Tecnológica, Gestão e Desenvolvimento Social - IADES e a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado da Bahia. No curso da gestão pelo Instituto, houve a prorrogação de vigência do Convênio nº 016/2015, e atualmente as atividades estão sendo executadas de acordo com o prazo pactuado entre as partes do Termo de Colaboração.

O público-alvo das Unidades Móveis é composto por trabalhadoras rurais, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, extrativistas, pescadoras artesanais, quilombolas e indígenas. A dificuldade de acesso aos serviços públicos e as más condições de subsistência que caracterizam as condições de vida das mulheres do campo exigem do poder público um conjunto articulado de ações, visando incluir as mulheres a partir de uma percepção ampliada de seus contextos de vida, assim como de suas singularidades, visando efetivar sua condição de cidadã e fortalecer sua autonomia. Os serviços das Unidades Móveis propõe estimular a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no campo, na floresta e nas águas proporcionar o atendimento humanizado, qualificado e integral às mulheres rurícolas e integrá-las aos serviços que compõe a rede de enfrentamento às mulheres em situação de violência, através da integração entre as

diversas instâncias, quais sejam, instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, a fim de desenvolver estratégias efetivas de prevenção e de políticas públicas.. A ação tem ainda função preventiva, através da promoção de palestras, oficinas e demais atividades de sensibilização sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicação.

Durante o exercício de 2017, fora feito o calendário de atividades das Unidades Móveis, onde 14 (quatorze) Territórios de Identidade do Estado da Bahia foram contemplados, sendo que 21 (vinte e um) municípios e 64 (sessenta e quatro) comunidades foram contemplados pelos equipamentos móveis, de acordo os levantamentos feitos pelo Instituto de Inovação Tecnológica, Gestão e Desenvolvimento Social – IADES, bem como acompanhamento, análise e conferência dos dados e execução da Coordenação Executiva de Ações Temáticas, especificamente, pelo eixo de enfrentamento à violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia – SPM/BA.

As Unidades Móveis de atendimento, durante todo o Calendário no ano de 2017, sensibilizou 1.665 (hum mil, seiscentos e sessenta e cinco) mulheres, sendo que 148 (cento e quarenta e oito) delas passaram pelo atendimento especializado com a equipe multidisciplinar dentro da temática, ou seja, mulheres trabalhadoras rurais, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, extrativistas, pescadoras artesanais, quilombolas e indígenas que se encontram em situação de violência doméstica e familiar.

Durante o ano de 2017 foram capacitadas/os 625 (seiscentos e vinte e cinco) agentes públicos/as das redes locais de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, nos 21 (vinte e um) municípios atendidos pelas Unidades Móveis. A proposta de capacitar os agentes da Rede é uma forma/alternativa de articular os diversos serviços, superar a fragmentação das políticas e atender às mulheres de forma integrada em suas necessidades.

AÇÃO: 5549 – Apoio Técnico e Financeiro à Implantação de Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Violência.

O Centro de Referência do Município de Jacobina, fruto do Convênio Federal nº 113/2014, foi o trigésimo primeiro inaugurado na Bahia, estado considerado referência na implantação e funcionamento desses centros. A estruturação dos CRAMs ocorre em duas fases: aquisição de móveis e equipamentos e a mobilização e sensibilização da população do município por meio de reuniões entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

As mulheres atendidas nessas unidades geralmente são encaminhadas para uma delegacia comum ou, preferencialmente, uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam). Elas podem também ser encaminhadas para hospitais, para uma secretaria de Assistência Social, caso precisem de algum benefício social, ou ainda para inserção no mercado de trabalho, qualificação profissional ou aconselhadas à retomada dos estudos.

Foram realizadas 02 (duas) reuniões com poder público e sociedade civil para implantação de Centros de Referência de Atendimento à Mulher nos Municípios de Jacobina e São Sebastião do Passé; sendo que ocorreu a inauguração de 01 (um) Centro de Referência de Atendimento à Mulher no Município de Jacobina.

A Ronda Maria da Penha foi inaugurada em 03 (três) Municípios este ano: Vitória da Conquista, Itabuna e Senhor do Bonfim. Importante ressaltar que a Ronda Maria da Penha do Município de Senhor do Bonfim está ligada à Ronda Maria da Penha do Município de Juazeiro; sendo que as/os policiais participaram da capacitação do CRAM Mãe Sulinha cujo conteúdo abrange o conteúdo que a SPM/BA transmite nas capacitações da Ronda e isso foi levado em consideração para a inauguração da Unidade.

Ainda ressalta-se que houve a capacitação de policiais de 03 (três) Municípios visando à implantação da Ronda Maria da Penha: Vitória da Conquista, Itabuna e Barreiras. Este último ainda não inaugurada.

As capacitações dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) e dos Núcleos de Atendimento à Mulher (NAM) ocorreram em 15 (quinze) Municípios: Santo Amaro, Jacobina, Senhor do Bonfim, Alagoinhas, Barreiras, Vitória da Conquista, Itapetinga, Cruz das Almas, conceição do Coité, Serrinha, Camaçari, Ilhéus, Itaberaba, Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

AÇÃO 5550 – Realização de Caravana de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

O projeto Caravana Cravos e Rosas na Paz! Unidos pelo Fim da Violência contra a Mulher tem como objetivo sensibilizar a população em relação à temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e fortalecer a rede especializada de atendimento local. Cerca de 30 municípios baianos serão beneficiados, inicialmente.

A ação conta com a parceria do Instituto Avon, e apoio da ONU Mulheres e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM).

Camaçari foi a primeira cidade baiana a receber o projeto. A programação aconteceu na Escola Professor Luís Rogério de Souza, e contou com as seguintes ações e atividades: fortalecimento do Comitê Municipal de Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher; reafirmação do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; apresentação do pré-diagnóstico sobre a situação da violência contra a mulher do município; duas oficinas de gênero e enfrentamento à violência contra a mulher; uma oficina de fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher; uma oficina sobre a Lei Maria da Penha para Policiais e Bombeiros; uma roda de diálogo com o Conselho de Direitos da Mulher de Camaçari; oferecimento de serviços de saúde como testes de HIV/AIDS; e uma intervenção teatral. Por fim, em 07 de dezembro a Caravana foi realizada na cidade de Porto Seguro.

Meta Produto 6 – Implementar política de ações educativas sobre direitos das mulheres e prevenção à violência de gênero (Programa 212 – Educar para Transformar)

A Campanha Quem Ama Abraça é uma ação destinada a levar para a sala de aula informações, reflexões e debate sobre as múltiplas formas de discriminação e violência contra meninas e mulheres, de forma a desnaturalizá-las e, consequentemente, provocar mudanças em direção a uma sociedade onde as relações entre os sexos sejam mais justas e paritárias.

De forma mais ampla, essa ação pretende estimular uma atitude de respeito para com todos os tipos de diversidade: de gênero, de raça, de credo religioso, etc., incentivando uma cultura de paz.

A Campanha foi lançada como uma das ações do Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, coordenado pela então Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, em 2013, e foi concebida pela REDEH (RJ) e pelo Instituto Magna Mater (AL).

A Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia e a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, tomaram a importante iniciativa de trazer, em parceria, essa campanha à rede estadual de ensino fundamental, tendo como público alvo educadoras(es) e estudantes do 2º ciclo do ensino fundamental da rede estadual. A execução da Campanha Quem Ama Abraça teve início no ano de 2016 e até a presente data já foi realizada em 99 escolas, alcançando 698 professores e 5.455 alunos.

AÇÃO: 5553 - Capacitação Profissional de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social.

Execução do Convênio 780599/2012 (Projeto Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres na Bahia Cidadania e Erradicação da Violência contra as Mulheres Urbanas e Rurais). O objetivo do projeto é a realização de cursos de capacitação sobre a temática da violência contra as mulheres, com o intuito de habilitar organizações da sociedade civil e instituições públicas que compõe a Rede de Prevenção e Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, beneficiando diretamente 900 pessoas, dividido em quatro etapas: 1) curso de Formação/capacitação de servidoras/es públicas/os municipais e operadores do direito numa perspectiva de ampliação do conhecimento relacionado às causas e consequências do Tráfico de Mulheres, Exploração de Gênero no Desenvolvimento do Turismo, Migração Feminina, Leis e Convenções internacionais criadas pelo Poder Público e por organismos internacionais; 2) curso de Formação/capacitação em Direitos humanos e Cidadania com as internas das unidades prisionais e egressas do sistema prisional; 3) curso de Formação/capacitação de grupos de mulheres da sociedade civil no debate sobre a impunidade e a violência doméstica, nos vinte sete territórios de identidade, integrantes de organizações de trabalhadoras rurais; 4) elaborar, produzir e distribuir cartilhas/manuais sobre aplicabilidade da Lei Maria da Penha e garantia dos Direitos Humanos das Mulheres em situação de violência; 5) objetiva a realização de cursos de capacitação sobre temática da Violência contra as Mulheres, compreendida como um fenômeno que afeta os direitos humanos deste grupo específico, a capacitação tem o intuito de habilitar organizações da sociedade civil e instituições públicas que compõe a Rede de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres nessa temática.

Para atender aos objetivos do projeto, foi promovida a realização de curso de formação/capacitação para as (os) Agentes Penitenciárias (os) nos municípios de Salvador, Teixeira de Freitas e Feira de Santana.

AÇÃO: 5557- Apoio Técnico-Financeiro na Implementação de Projetos Produtivos com Inclusão Socioeconômica de Mulheres.

O **Projeto Marisqueiras com Orgulho, Quilombolas para Sempre**, visa à implementação da ostreicultura em sistemas familiares nas comunidades de Capanema e Baixão do Guai, localizadas na Reserva Extrativista - RESEX Baía de Iguape, Maragogipe - Bahia. O objetivo é gerar uma alternativa econômica viável para as famílias de marisqueiras da região, as quais são afetadas pela atual escassez dos estoques de ostras e lambretas no estuário da reserva, e contribuindo para a autonomia financeira destas mulheres que, em sua maioria, são chefes das famílias. Por outro lado, ao reduzir a

mariscagem em ambiente livre, o ecossistema terá chance de recuperar os estoques naturais destes mariscos. Logo, este projeto possui impactos sociais e ambientais. O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia em parceria com Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, a Fundação Vovó do Mangue, a Rare Brasil e a Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/ICMBio.

Prestamos assistência técnica com monitoramento à captação de recurso para a compra de um terreno onde será construída a associação. Indicamos o edital da CONSUL onde foram contempladas com o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) que foram investidos em infraestrutura (aquisição de EPI's para comercialização), eletrodomésticos (01 freezer e 01 depuradora) e dois anos de assessoria e apoio na gestão de negócios.

Mariquilombo, um dos empreendimentos do projeto Marisqueiras, foi um dos empreendimentos femininos vencedores do prêmio Consulado da Mulher. Segue o território, cidade e comunidades contempladas:

Em 2017, inclusive as integrantes do Marisqueira com Orgulho, Quilombolas para Sempre comercializam ostras in natura e mariscos congelados no stand da SPM/BA durante a FENAGRO..

O Projeto Lavadeiras Ampliando Horizontes é um projeto de melhoria das lavanderias comunitárias, iniciado em 2015, para beneficiar as mulheres lavadeiras. O objetivo é trazer benefícios para essas trabalhadoras, promovendo o desenvolvimento econômico e uma melhor inserção social desse que é um grupo historicamente vulnerável.

Com a perspectiva de oferecer mais agilidade e qualidade para as lavadeiras, a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM-BA), finalizando a etapa inicial de modernização, entregou cinco secadoras no dia 21 de dezembro. O evento aconteceu na Lavanderia Santa Luzia, no Engenho Velho de Brotas, em Salvador. Destas, duas foram direcionadas para outras lavanderias comunitárias da cidade.

A entrega faz parte do projeto que beneficiou as lavanderias Aristides Novis (Dique do Tororó), Cardeal da Silva (Cosme de Farias), Julieta Calmon (Boca do Rio), Nossa Senhora de Fátima (Alto das Pombas/Federação), Santa Luzia (Engenho Velho de Brotas). No total, 66 mulheres foram beneficiadas.

O Projeto “Casas de Farinha Móveis”

tem origem em convênio firmado entre as Secretarias Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia e a de Políticas para as Mulheres da Presidência da República,

através de Emenda Parlamentar. Com objetivo de atender as mulheres da zona rural do estado da Bahia, o projeto visa promover a autonomia econômica direta destas mulheres, através da cidadania e qualificação, oferecendo oficinas de formação. Desta forma, são disponibilizadas micro indústrias integradas em um caminhão para fabricação de farinha. Em 2017 houve a entrega dos equipamentos de 04 (quatro) casas de farinha moveis às comunidades quilombolas e formação em gestão e comercialização do equipamento. O projeto contemplou no total 100 (cem) famílias dos seguintes territórios com suas respectivas cidades e associações:

TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA

Cidade: Seabra

Associação Comunitária Quilombola Amigos do Agreste;

TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA

Cidade: Jacobina

Associação Quilombo dos Pequenos Agricultores do Lázaro, Lagoa do Timbo Campestre e Adjacências;

TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO

Cidade: Amélia Rodrigues

Associação dos Remanescentes de Quilombo da Pinguela; **TERRITÓRIO RECÔNCAVO**

Cidade: Cruz das Almas

Associação Comunitária da Linha/ ASCOL;

Na perspectiva da autonomia financeira, além da capacitação para manuseio do equipamento, as mulheres dessas comunidades participaram do curso de formação com abordagem dos seguintes temas:

Gestão econômica, financeira, administrativa e de pessoal; Políticas públicas para as mulheres rurais; Prevenção e enfrentamento à violência e Diferentes formas de organização, processos, instrumentos e custos.

No stand da SPM-BA na FENAGRO, as mulheres da Casa de Farinha Móvel trouxeram para o espaço o aipim chip natural e saborizado. Além disso, teve também a exposição da Casa de Farinha Móvel da comunidade de Contendas, município de Caetité.

AÇÃO: 5558 - Apoio a Projeto de Empoderamento Social, Econômico e Cultural da Mulher.

O Convênio nº: 763486/2011 - INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – PROJETO MARGARIDAS firmado entre o Ministério

de Desenvolvimento Agrário-MDA e o Governo do Estado, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM cujo objetivo é promover a cidadania, autonomia econômica e social e a prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo.

O projeto desenvolve ações de promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais (agricultoras familiar, quilombola, assentada, artesãs, doceiras, dentre outros) nos 27 territórios de identidade do Estado, ampliando o universo de possibilidades relacionado a conhecimentos técnicos, a melhoria de produtividade, a geração de renda e, ainda da qualidade de vida pessoal, familiar e profissional. No ano de 2017, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Feira de Agricultura Familiar e Economia Feminista:

Atividade promovida nos território de identidade com intuito de reunir mulheres de grupos produtivos (formais e informais) diversificados, incentivando a comercialização e divulgação dos seus produtos e a interação entre elas. No período de janeiro a junho foram realizadas 05 feiras, beneficiando diretamente 199 mulheres de 37 cidades em 05 territórios de identidade, sendo:

TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE

Cidade de realização da atividade: Capim Grosso

Participação de 44 mulheres de 11 cidades;

TERRITÓRIO BACIA DO RIO CORRENTE

Cidade de realização da atividade: São Félix do Coribe,

Participação de 36 mulheres de 07 cidades;

TERRITÓRIO LITORAL SUL

Cidade de realização da atividade: Itabuna

Participação de 40 mulheres de 04 cidades;

TERRITÓRIO VALE DO JEQUIRIÇÁ

Cidade de realização da atividade: Mutuípe

Participação de 39 mulheres de 05 cidades;

TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU

Cidade de realização da atividade: Senhor do Bonfim

Participação de 40 mulheres de 10 cidades.

META 01 - Apoiar a emissão de Documentação da Trabalhadora Rural nos 27 Territórios de Identidade. Capacitação de 21.060 mulheres rurais, através de 162 Rodas de Dialogo.

Atividades de destaque foram voltadas para o mapeamento de grupos produtivos em 22 territórios e a capacitação das mulheres, desenvolvendo como meta apoiar a emissão de Documentação da Trabalhadora Rural nas rodas de diálogos nos mutirões realizado pelo MDA. Com atuação em 22 territórios e 73 municípios, foram contempladas 13.436 (treze mil quatrocentas e trinta e seis mulheres) com 360 rodas de diálogos em 22 territórios de identidade, realizadas com as trabalhadoras rurais e de comunidades tradicionais, Quilombolas. Também foi realizada em Salvador a Formação e Capacitação das Mobilizadoras do Projeto. Estas Oficinas serão multiplicadas pelas Mobilizadoras, envolvendo os seguintes conteúdos: Oficinas de Trabalho Produtivo, Políticas Públicas, Avaliação de Processo e Planejamento das ações; Prevenção e Enfrentamento a Violência para Mobilizadoras e Estudo e Planejamento do Trabalho.

Execução do Convênio 770559/2012 (Novos olhares, novos tempos: Fortalecendo e Ampliando as Políticas Públicas para as Mulheres da Bahia).

Projeto Novos Olhares, Novos Tempos: Fortalecendo e Ampliando as Políticas Públicas para as Mulheres da Bahia - em sua etapa 1.3: Seminários técnicos para o fortalecimento dos equipamentos nos 27 territórios de identidade pertence à ação 5558 – Apoio a Projeto de Empoderamento Social, Econômico e Cultural da Mulher, previsto no Plano Plurianual do Estado da Bahia –PPA que compõe a execução do Convênio Federal n.º 770559/2012 (011/2012) e tem como objetivo mobilizar, fortalecer e ampliar os organismos de políticas para as mulheres e equipamentos públicos dos territórios.

O Seminário foi elaborado para formação de gestoras(es) e profissionais que atuam nas redes de atendimento à mulher em situação de violência e propõe-se em abordar temas relacionados a políticas públicas nacionais e estaduais para Mulheres, ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar, paridade entre homens e mulheres, considerando a diversidade étnica e as diferentes classes sociais.

O projeto encontra-se em execução e será realizado inicialmente em 16 (dezesesseis) territórios de Identidade da Bahia, já foram executadas sete edições, a saber:

Território do Recôncavo

O seminário foi realizado em 31 de outubro, no município de Cruz das Almas, com a participação de 8 municípios dos 21 que compõe o território. O seminário contou com a presença de 15 participantes, entre eles representação do poder Executivo (vereadoras), além de gestoras e técnicas das redes de atendimento à mulher em situação de violência dos municípios presentes.

Território Portal do Sertão

O seminário foi realizado em 07 de novembro, no município de Feira de Santana, com a participação de 5 municípios dos 17 que compõe o território. O seminário contou com a presença de 28 participantes, entre eles representação do poder Executivo (prefeito e vereadora), além de gestoras e técnicas das redes de atendimento à mulher em situação de violência dos municípios presentes.

Território Metropolitana de Salvador

O seminário foi realizado em 08 de novembro, no município de Lauro de Freitas, com a participação de 8 municípios dos 10 que compõe o território. O seminário contou com a presença de 28 participantes, entre gestoras e técnicas das redes de atendimento à mulher em situação de violência dos municípios presentes.

Território Semiárido Nordeste II

O seminário foi realizado em 21 de novembro, no município de Ribeira do Pombal, com a participação de 14 municípios dos 18 que compõe o território. O seminário contou com a presença de 35 participantes, entre eles representação do poder Executivo (chefes de gabinete e procurador), além de gestoras e técnicas das redes de atendimento à mulher em situação de violência dos municípios presentes.

Território Vitória da Conquista

O seminário foi realizado em 28 de novembro, no município de Vitória da Conquista, com a participação de 5 municípios dos 24 que compõe o território. O seminário contou com a presença de 14 participantes, entre gestoras e técnicas das redes de atendimento à mulher em situação de violência dos municípios presentes.

Território Sertão do São Francisco

O seminário foi realizado em 05 de dezembro, no município de Juazeiro, com a participação de 9 municípios dos 10 que compõe o território. O seminário contou com a presença de 50 participantes, entre eles representação do poder Executivo (vereadoras), da sociedade civil organizada (UMB e NEGRO) além de gestoras e técnicas das redes de atendimento à mulher em situação de violência dos municípios presentes.

Território Bacia do Rio Grande

O seminário foi realizado em 12 de dezembro, no município de Barreiras, com a participação de 10 municípios dos 14 que compõe o território. O seminário contou com a presença de 50 participantes, entre eles representação do poder Executivo (vereadoras), além de gestoras e técnicas das redes de atendimento à mulher em situação de violência dos municípios presentes.

Seminários

O seminário contou com material didático contemplando os temas trabalhados durante a capacitação. O plano de curso abrange as temáticas a seguir:

- Feminismo e suas concepções;
- Patriarcado;
- Autonomia das Mulheres;
- Economia Solidária;
- Gênero;
- Condição da Mulher Negra;
- Conceito de Rede;
- Termo de adesão ao acordo de cooperação;
- Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio;

AÇÃO: 4675 - Funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) foi criado junto à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-BA), em 04 de maio de 2011, através da Lei 12.212. São membros titulares do Conselho: Secretária de Políticas para as Mulheres; 06 (seis) servidoras estaduais, representantes das seguintes Secretarias: Promoção da Igualdade Racial; Educação; Saúde; Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; Segurança Pública; e 12 (doze) representantes da sociedade civil, sendo: 05 (cinco) membros de organizações de mulheres, legalmente constituídas; 02 (duas) de notória atuação na luta pela defesa dos direitos da mulher; 01 (uma) da comunidade acadêmica vinculada ao estudo da condição feminina; 01 (uma) das trabalhadoras rurais;

e) 01 (uma) das trabalhadoras urbanas; 01 (uma) das mulheres negras; e 01 (uma) indígena. O CDDM tem a finalidade de estabelecer diretrizes e normas relativas às políticas e medidas que visem eliminar a discriminação às mulheres, garantindo condições de liberdade e equidade de direitos para a mulher, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado. Trata-se de espaço importante de participação e controle social e que colabora para a efetiva capilaridade da política no Estado. As reuniões do Conselho ocorrem mensalmente em Salvador.

O Curso de Formação para Conselheiras Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher foi uma das ações debatidas e previstas no Planejamento do CDDM. Teve duração de dois dias, com objetivo de formar as conselheiras estaduais para a construção de instrumento

de monitoramento e fiscalização das políticas públicas para as mulheres no estado da Bahia.

O curso teve como público alvo 50 mulheres, sendo 38 conselheiras e suplentes do CDDM e 12 vagas para conselheiras convidadas de alguns municípios com conselhos formados. Ainda em reunião, foi definida uma comissão de organização para o curso na qual ficou encarregada de montar a programação do evento. Conforme algumas vagas foram sendo disponibilizadas pelas conselheiras do CDDM, disponibilizamos para que mais representações dos conselhos municipais pudessem participar. Para a realização do evento, contamos com o apoio do Instituto Anísio Teixeira que disponibilizou espaço para realização das palestras e alojamento para as 50 participantes do evento.

NÚMEROS DO CURSO

TOTAL DE PARTICIPANTES: 59 pessoas

Conselheiras CDDM – 13.

Entidades: Setre, SPM, SJDHDS, MOC, COMU, SEC, CTB, NEIM, LBL, SSP

Territórios e municípios participantes - 18

TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA

Cidade: Abaíra

TERRITÓRIO METROPOLITANO

Cidades: Dias D`Avila, Lauro de Freitas, Salvador, São Sebastião do Passé

TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA

Cidade: Jacobina

TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

Cidade: Entre Rios (Secretária de Mulheres)

TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO

Cidade: Vitória da Conquista

TERRITÓRIO BAIXO SUL

Cidade: Piraí do Norte

TERRITÓRIO SISAL

Cidades: Serrinha, Retirolândia

TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO

Cidade: Feira de Santana

TERRITÓRIO LITORAL NORTE

Cidade: Acajutiba

TERRITÓRIO BACIA DO RIO GRANDE

Cidade: Barreiras

TERRITÓRIO RECÔNCAVO

Cidade: Cruz das Almas **TERRITÓRIO BACIA DO JACUIPE**

Cidade: Riachão do Jacuípe

TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

Cidade: Juazeiro

TERRITÓRIO LITORAL SUL

Cidade: Ilhéus

Participação de outros conselhos: 02

Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE e *Conselho* de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN)

Ações Externas e Participações

- Seminário “Língua Afiada, um Papo de Mulher” (Lauro de Freitas/BA);
- Seminário “Tecendo a Juventude Negra e Feminista” (Salvador/BA);
- Palestra “Lutas dos Movimentos de Mulheres, Conquistas e Avanços” (Salvador);
- Apresentação da campanha Respeita As Mina aos colaboradores da Intermarítima (Salvador);
- Roda de conversa na 1ª Feira Cultural Mulheres Coroadas com o tema “A Produção e Reprodução das Identidades de Gênero Sobre a Ótica Patriarcal” (Salvador);
- Palestra “Empoderamento Feminino” (Ipirá);
- Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia (Saubara);
- Audiência Pública na Câmara de Vereadoras e Vereadores “Lei Maria da Penha: Avanços e Retrocessos” (Lauro de Freitas)
- Encontro de Mulheres Agricultoras na Região Cacaueira da Bahia (Ilhéus); - Participação no debate sobre o anteprojeto de resolução que dispõe sobre as diretrizes curriculares para educação das relações de gênero e sexualidade no sistema estadual de ensino;
- Caminhada “Alto-Lá: Violência Comigo Não” (Salvador);
- Apresentação dos projetos da SPM/BA as gestoras da SPM/LF (Lauro de Freitas);
- Premiação Alice Botas (Salvador);
- Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo;
- Lançamento da campanha “Respeita As Mina” no São João de Amargosa.
- Seminário de Empoderamento Feminino (Morro do Chapéu);
- Seminário de Políticas Públicas Para as Mulheres (Cafarnaum).

AÇÃO: 5824 - Realização de Evento de Promoção dos Direitos da Mulher.

O projeto **“Fala Menina!”** é voltado para jovens negras (os), e tem como objetivo debater temáticas atuais, que estejam relacionadas ao empoderamento feminino, a partir da visão e ideias da juventude. Na edição de 2017, realizada no Colégio Severino Vieira e teve como tema “Jovens Negras: Inspirar para libertar.” Nesta edição o evento contou com a participação da cantora baiana Larissa Luz e da advogada paulistana Eliane Dias, que é também Coordenadora do “SOS Racismo” programa da Assembléia Legislativa de São Paulo que falaram sobre suas trajetórias e desafios. Junto com elas, a aluna da Escola Severino Vieira, Isabela Factum, participou da conversa.

Em **celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha**, a SPM e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), realizaram atividades conjuntas durante a programação do Julho das Pretas. Foram realizadas mobilizações, debates, seminários, encontros de formação, oficinas, rodas de diálogos e diversas outras atividades que unem esforços para tratar da garantia de direitos e da construção de políticas públicas para as mulheres negras.

Foi realizada também a Mesa temática “Mulher Negra e Combate ao Racismo Institucional” com a Doutora Dora Lúcia Bertúlio, especialista em Direito Público e Relações Raciais; Rosane Borges, jornalista e escritora; Fabya Reis, titular da Sepromi; Julieta Palmeira, titular da SPM; além de servidoras públicas.

O **projeto Mulher com a Palavra** é uma realização da SPM-BA com a Maré Produções Culturais, com patrocínio da Bahiagás e apoio da Secretaria de Cultura da Bahia, através do TCA e da Fundação Cultural do Estado da Bahia, e do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, através da TVE e da Rádio Educadora FM.

Atitude Feminina e Liberdade Sexual foi o tema de abertura do segundo ano do projeto Mulher com a Palavra, com a participação da cantora, compositora e instrumentista Marina Lima e mediação de Rita Batista. Houveram ainda outras edições do Evento com Pitty falando sobre Feminismo e Mídia, com Taís Araújo falando sobre Feminismo negro na internet, também com mediação de Rita Batista. Fechando o ciclo com Camila Pitanga cujo tema foi “Negra, Sim!” mediado pela jornalista e apresentadora Vânia Dias.

Outubro Rosa: O mês de outubro é conhecido internacionalmente como o mês de conscientização e estímulo ao diagnóstico e prevenção do câncer de mama. A Secretaria

Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia realiza anualmente uma série de ações com intuito de fortalecer o movimento internacional.

A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM-BA) fez uma ação de sensibilização com servidores estaduais para marcar o mês mundial de prevenção ao câncer de mama, o outubro rosa. Servidoras da SPM-BA visitaram todos os departamentos das secretarias instaladas no mesmo prédio, no Caminho das Árvores, e colocaram lacinhas rosa nas servidoras e servidores.

As servidoras colocaram, também, adesivos alusivos à campanha Respeita as Mina, de enfrentamento à violência contra as mulheres, além de distribuírem folhetos informativos. As mulheres receberam, ainda, um batom de brinde, doado pelo Instituto Avon, para lembrar a mobilização conhecida como “lobby do batom”, realizada pela bancada feminista, em 1987, durante a Assembleia Nacional Constituinte.

No ano de 2017, A estratégia **Respeita As Mina** para enfrentamento à violência contra as mulheres foi iniciada, incorporando todas as ações da SPM relacionadas à violência de gênero. Essas ações envolvem escolas e municípios, em especial os municípios incluídos no Mapa da Violência 2015, editado pela ONU Mulheres/OPAS/OMS/SPM-PR/FLASCO. As ações estão vinculadas, em sua maioria, a recursos federais, emendas parlamentares e recursos da iniciativa privada. A Caravana Respeita as Mina é destaque e percorre municípios em parceria com as prefeituras, desenvolvendo oficinas com a juventude, sociedade civil e órgãos de segurança. A estratégia respeita as mina também envolve campanhas publicitárias na mídia externa e na internet.

A Campanha Respeita As Mina desenvolvida no carnaval de 2017, voltada para sensibilizar vários segmentos da sociedade para o combate à violência, em especial ao assédio contra as mulheres neste grande evento, promoveu ações de sensibilização com policiais, sociedade civil e receptivos nos aeroportos, porto e nos circuitos do carnaval em Salvador; A estréia do trio “Respeita as Mina” no circuito do Campo Grande, com apoio da Bahiatursa/Bahiagás, puxado pelas cantoras Larissa Luz, MC Carol e Tássia Reis, marcou a necessidade do empoderamento feminino para melhor combate à violência de gênero e foi um sucesso no circuito da maior festa de rua do mundo. A SPM em parceria com o Instituto Avon, Bahiagás, ONU Mulheres obteve uma divulgação nacional da campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres na Bahia; A campanha Respeita As Mina envolveu artistas a exemplo, de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Ivete Sangalo, Saulo, Margareth Menezes, Juliana Ribeiro, Márcia Short, Luís Caldas, blocos

de carnaval, camarotes, programas de emissoras de rádio e televisão e a mídia digital (blogs, sites e rede sociais); foram produzidos adesivos, ventarolas, camisetas, tatuagens e bandanas com informações sobre o combate à violência contra as mulheres no período de carnaval, além de folheteria bilíngue sobre a violência de gênero e informações de como denuncia-la.

No São João, a campanha Respeita as Mina foi desenvolvida pela primeira vez em 2017 e envolveu quatro municípios: Amargosa, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim e Uauá, além da adesão espontânea dos municípios de Jaguarari e Santo Amaro.

Com ação efetiva com a Secom, a campanha contou com outdoors nos quatro municípios e trabalho voluntário para a distribuição de adesivos de peito e folheteria sobre violência de gênero nas cidades de Cruz das Almas, Jaguarari e Senhor do Bonfim a ação voluntária foi efetiva envolvendo artistas que se apresentaram durante o São João com patrocínio do Governo do Estado.

QUADRO 3 – Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s)

Indicador ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado quadriênio ⁽²⁾ (PPA 2016-2019)
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)	
Programa: 211 Mulher Cidadã								
Número de mulheres trabalhadoras rurais com acesso à ATER ¹	Un			0,00	0,00	-	-	-
Número de processos relacionados a Crimes de violência doméstica contra mulheres analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, por ano ²	Un			1.800,00	Não apurado	-	-	-
Número de empreendimentos dirigidos por mulheres apoiados ³	Un			14,00	11,00 ³	0,00	0,00	-
Número de organizações e órgãos de políticas para mulheres apoiados	Un			48,00	62,00	-	-	-
Outros Indicadores utilizados ⁽¹⁾				Aferido				
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)	
Programa								
Programa								

Fonte: FGE Web, Finplan, Gerencial

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

Nota:

⁽¹⁾ Outros indicadores, que não estão no PPA, utilizados pela UJ para avaliação de desempenho.

Fonte: SPM/BA
Notas:

(¹) Indicadores publicados no Plano Plurianual (PPA).

(²) Resolução TCE/BA nº 039/2016.

(³) O índice evoluiu mas em relação a 2016 houve uma redução dos recursos financeiros e convênios

NOTA EXPLICATIVA:

1. Indicador será reformulado a partir de ajuste com a SEPLAN e SDR.
2. Indicador será reformulado, conforme diálogo com a SEPLAN e MP.

QUADRO 4 – Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ

Outros Indicadores utilizados ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido			
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)
Programa							
Programa							

Fonte:

Nota:

(¹) Outros indicadores, que não estão no PPA, utilizados pela UJ para avaliação de desempenho.

3.1.2 Avaliação dos resultados das metas dos compromissos

As metas evoluíram, os projetos possibilitaram ampliar as ações de assistência e prevenção à violência contra a mulher no Estado e de inclusão e empoderamento da mulher apoiados pela SPM/BA, conforme demonstrativo abaixo.

1. Compromisso 1- Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, Meta 1
 - Realizar ações de oportunidade de negócios em ciência, tecnologia e inovação, com foco no público Feminino. Meta conforme esperado. Não há programação na LOA 2017.
2. Compromisso 1- Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, Meta 2
 - Apoiar Projetos com Protagonismo das mulheres nas áreas de ciência, tecnologia e comunicação. A Meta ficou abaixo do esperado por falta de recursos financeiros o que inviabilizou seu cumprimento.
3. Compromisso 2 – Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência, Meta 1
 - Realizar em territórios ações de assistência à mulher e prevenção à violência contra a mulher. Meta acima do esperado. Estão sendo contabilizadas as ações realizadas e não, apenas, os territórios de identidades atingidos. Parcerias e recursos conseguidos para a realização da meta possibilitou abrangência maior do que havia sido dimensionado.
4. Compromisso 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência, Meta 2 – Assegurar unidades fixas para atendimento de mulheres em situação de violência. Meta conforme esperado. Não há programação na LOA 2017.
5. Compromisso 3 – Promover a autonomia social e econômica da mulher, Meta 1 – Assistir mulheres com ações de promoção de autonomia social e econômica. Houve uma evolução da meta acima do esperado com novas parcerias e novos convênios permitiram um financiamento maior possibilitando ampliar as ações dos projetos permitindo uma ampliação da meta.
6. Compromisso 4 – Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 1 – Assegurar o funcionamento regular dos espaços institucionais de diálogos e participação social. Atividade de natureza contínua. Meta conforme o esperado.



7. Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 2 – Implantar sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas para mulheres. Não há programação na LOA 2017. Meta conforme o esperado.
8. Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 4 – Realizar Conferência Estadual de políticas para mulheres. Sem alteração na Meta. Conforme esperado.
9. Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 5 – Apoiar técnica e financeiramente a criação de Conselhos e outras organizações municipais dos direitos das mulheres nos municípios. Não há programação na LOA 2017. Meta conforme o esperado.
10. Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 6 – Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade das mulheres baianas e todas as suas interseções. Não há programação na LOA 2017. Meta conforme o esperado.
11. Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 7 - Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres. Houve uma evolução da meta acima do esperado com novas parcerias e financiamentos que permitiram a realização de novos eventos.

QUADRO 5 – Evolução das metas dos compromissos/programa sob responsabilidade da UJ

Programa: 211 – Mulher Cidadã											
Compromisso: Compromisso: 1- Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.											
Meta: 1- Realizar ações de oportunidade de negócios em ciência, tecnologia e inovação, com foco no público feminino.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	87	–	0,00	0,00	0,00	40,00	–	87,00	–		
Total	87	–	0,00	0,00	0,00	40,00	–	87,00	–		

Meta: 2- Apoiar projetos com o protagonismo das mulheres nas áreas de ciência, tecnologia e comunicação.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	220	0,00	0,00	40,00	3,00	80,00	-	220,00			
Total	220	0,00	0,00	40,0	3,00	80,00	-	220,00			
Compromisso: 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência.											
Meta: 1- Realizar em territórios ações de assistência à mulher e prevenção à violência contra a mulher.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Território de Identidade: Região¹	27	-	7,00	17,00	37,00	22,00	-	27,00	-		
Total	27	-	7,00	17,00	37,00	22,00	-	27,00	-		
Programa: 211 – Mulher Cidadã											
Compromisso: 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência.											
Meta: 2 – Assegurar unidades fixas para atendimento de mulheres em situação de violência.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	2,00	-		
Total	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	2,00	-		

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Programa: 211 – Mulher Cidadã											
Compromisso: 3 - Promover a autonomia social e econômica da mulher											
Meta: 1 – Assistir mulheres com ações de promoção de autonomia social e econômica.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Território de Identidade: Região 1	24000	–	30,00	56,00	77,00	156,00	–	24.000,00	–		
Total	24000	–	30,00	56,00	77,00	156,00	–	24.000,00	–		

Fonte: FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Fonte: FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

(1) A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

(2) As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Programa: 211 Unidade Responsável: SDR - BAHIA TER											
Compromisso: 3 - Promover a autonomia social e econômica da mulher											
Meta: 2 – Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres Trabalhadoras Rurais.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	1.000	–	0,00	0,00	19.936	1.000,00	–	1.000,00	–		
Total	1.000	–	0,00	0,00	19.936	1.000,00	–	1.000,00	–		

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Fonte: FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

(1) A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

(2) As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Programa: 211 – Unidade Responsável: SETRE											
Compromisso: 3											
Meta: 3 – Fortalecer Empreendimentos da Economia popular e solidária e da agricultura familiar composta por mulheres.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	120	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	–	120,00	–		
Total	120	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	–	120,00	–		

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Programa: 211											
Compromisso: 4 – Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas.											
Meta: 1 – Assegurar o funcionamento regular dos espaços institucionais de diálogos e participação social.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	5	–	2,00	2,00	2,00	2,00	–	5,00	–		
Total	5	–	2,00	2,00	2,00	2,00	–	5,00	–		

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Compromisso: 4 – Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas.												
Meta: 2 – Implantar sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas para mulheres.												
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)		Aferido no quadriênio
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido	
Estado	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	–			
Total	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	–			
Compromisso: 4 – Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas.												
Meta: 4 – Realizar Conferência Estadual de políticas para mulheres.												
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)		Aferido no quadriênio
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido	
Estado	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	–			
Total	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	–			

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

(1) A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

(2) As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Compromisso: 4 – Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas.												
Meta: 5 – Apoiar técnica e financeiramente a criação de Conselhos e outras organizações municipais dos direitos das mulheres nos municípios.												
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)		Aferido no quadriênio
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido	
Estado												

Compromisso: 4 – Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas.											
Meta: 6 – Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade das mulheres baianas e todas as suas interseções.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	12	0,00	0,00	0,00	0,00	6,00	0,00	12,00	0,00		
Total	12	0,00	0,00	0,00	0,00	6,00	0,00	12,00	0,00		

Fonte : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Compromisso: 4 – Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas.											
Meta: 7 – Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	189	–	6,00	14,00	19,00	22,00	–	189,00	–		
Total	189	–	6,00	14,00	19,00	22,00	–	189,00	–		
Fonte: FIPLAN, CAT e CPG/SPM											

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Programa: 214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais.											
Compromisso: 7 - Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável de povos e comunidades tradicionais, contribuindo assim para a redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida dos mesmos.											
Meta: 5 - Capacitar mulheres de terreiros e comunidades tradicionais para exercício da liderança e ocupação dos espaços.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	200	–	1,00	1,00	2,00	100,00	–	200,00	–		
Total	200	–	1,00	1,00	2,00	100,00	–	200,00	–		

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Programa: 216 – Vida Melhor											
Compromisso: 1- Promover o desenvolvimento da economia popular e solidária, considerando as diversidades dos territórios, das cadeias produtivas, as necessidades de gênero, raça/etnia, das comunidades tradicionais e das pessoas em situação de vulnerabilidade social.											
Meta: 5 - Qualificar a atividade produtiva de mulheres da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais com capacitação e cessão de equipamentos											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	5	0,00	5,00	5,00	24,00	5,00	–	5,00	–		
Total	5	0,00	5,00	5,00	24,00	5,00	–	5,00	–		

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Programa: 212 – Educar para Transformar.											
Compromisso: 22 - Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede Estadual.											
Meta: 6 - Implementar a política de ações educativas sobre direitos das mulheres e prevenção à violência de gênero											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	1	–	1,00	1,00	1,00	1,00	–	1,00	–		
Total	1	–	1,00	1,00	1,00	1,00	–	1,00	–		

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Programa: 205 – Pacto pela Vida											
Compromisso: 16 - Fortalecer o sistema de garantia de direitos, a promoção da cultura da paz e a ampliação da Polícia Comunitária, inclusive com ações de enfrentamento à violência contra grupos em situação de vulnerabilidade											
Meta: 1 - Implantar plano de fortalecimento do sistema de garantia de direitos e enfrentamento à violência contra grupos em situação de vulnerabilidade											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	1	–	0,00	0,00	0,00	–	–	1,00	–		
Total	1	–	0,00	0,00	0,00	–	–	1,00	–		

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

Programa: 205 – Pacto pela Vida											
Compromisso: 16 - Fortalecer o sistema de garantia de direitos, a promoção da cultura da paz e a ampliação da Polícia Comunitária, inclusive com ações de enfrentamento à violência contra grupos em situação de vulnerabilidade.											
Meta: 3 - Implantar em municípios de áreas críticas projeto de prevenção à violência.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	2	–	0,00	0,00	0,00	–	–	2,00	–		
Total	2	–	0,00	0,00	0,00	–	–	2,00	–		

Fonte: : FIPLAN, CAT e CPG/SPM

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

3.1.3 Avaliação da execução dos compromissos e dos resultados das ações orçamentárias

De acordo com a **Lei 13.602 de 30/12/2016** a Receita total do Estado foi fixada em R\$43.772.584.633,00 (quarenta e três bilhões, setecentos e setenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e trinta e três reais), disponibilizando inicialmente para a SPM o valor de **R\$7.219.000,00 (sete milhões, duzentos e dezenove mil reais)**, que corresponde 0,02% em relação a todo o orçamento do Estado.

Durante o exercício de 2017 houve Modificações Orçamentárias (anteriormente descritas incluindo todas as Destinações de Recursos) e o Orçamento finalizou com o acréscimo de R\$6.738.622,00 (seis milhões, setecentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais), totalizando em **R\$13.957.622,00 (treze milhões novecentos e cinquenta e sete mil seiscentos e vinte e dois reais)**.

QUADRO 6 – Demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos Compromisso(s)/Programa(s) sob responsabilidade da UJ

Programa: Mulher Cidadã		Código: 211		
Compromisso: 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência				
Execução Orçamentária e Financeira				
Orçado Inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
R\$530.000	R\$1.540.495,00	R\$1.300.913,30	R\$1.242.173,21	R\$1.242.173,21
Compromisso: 3 - Promover a autonomia social e econômica da mulher				
Execução Orçamentária e Financeira				
Orçado Inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
R\$882.000,00	R\$3.361.120,00	R\$1.913.613,38	R\$1.840.312,80	R\$1.840.312,28
Programa: Mulher Cidadã		Código: 211		
Compromisso: 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas				
Execução Orçamentária e Financeira				
Orçado Inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
R\$380.000,00	R\$303.766,00	R\$208.116,57	R\$208.116,57	R\$208.116,57

QUADRO 7 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob responsabilidade da UJ

Unidade Orçamentária (UO): 34101 – Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM	
Programa: Mulher Cidadã	
Código: 211	
Compromisso⁽¹⁾: 03 – Promover a autonomia social e econômica da mulher	
Iniciativa: 02 - Capacitar profissionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
5553	Capacitação Profissional de Mulher em Situação de Vulnerabilidade Social
Compromisso: 03 - Promover a autonomia social e econômica da mulher	
Iniciativa: 04 - Apoiar a implementação de projetos produtivos para inclusão socioeconômica de mulheres quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais.	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
5557	Apoio Técnico-Financeiro na Implementação de Projetos Produtivos com Inclusão Socioeconômica de Mulheres
Compromisso: 03 - Promover a autonomia social e econômica da mulher	
Iniciativa: 06 - Apoiar técnica e financeiramente projetos da sociedade civil e dos poderes públicos nas áreas social, econômica e cultural.	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
5558	Apoio a Projeto de Empoderamento Social, Econômico e Cultural da Mulher.

Fonte:

Nota: ⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações prioritárias.

QUADRO 8 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ

Unidade Orçamentária (UO): 34101 – Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM	
Programa: Mulher Cidadã	Código: 211
Compromisso⁽¹⁾: 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência	
Iniciativa: 0001 - Realizar atendimento psicossocial e jurídico a mulheres do campo e das águas através das unidades móveis	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
4689	Funcionamento de Unidade Móvel de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
Compromisso: 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência	
Iniciativa: 0005 - Apoiar a implantação e funcionamento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher nos municípios	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5549	Apoio Técnico e Financeiro à Implantação de Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Violência
7820	Capacitação Técnica de Agente da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher
Unidade Orçamentária (UO): 34101 – Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM	
Programa: Mulher Cidadã	Código: 211
Compromisso: 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência	
Iniciativa: 0006 - Realizar caravanas de enfrentamento à violência contra as mulheres	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5550	Realização de Caravana de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres
Compromisso: 03 - Promover a autonomia social e econômica da mulher	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7835	Inclusão Social e Produtiva da Mulher Trabalhadora Rural
Unidade Orçamentária (UO): 34101 – Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM	
Programa: Mulher Cidadã	Código: 211
Compromisso⁽¹⁾: 04 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas intersecções na gestão e execução das políticas públicas	
Iniciativa: 0002 - Manter o funcionamento e as atividades do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
4675	Funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM
5824	Realização de Evento de Promoção dos Direitos da Mulher

Fonte: Nota:⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

QUADRO 9 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa

Unidade Orçamentária (UO): 34101 – Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM											
Programa: 211 – Mulher Cidadã											
Compromisso: 02 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 - Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas											
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira					
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
4689	1772	Unidade	2	6	0	6	250.000,00	983.441,00	951.385,44	943.730,99	943.730,99
Iniciativa(s): 0001 - Realizar atendimento psicossocial e jurídico a mulheres do campo e das águas através das unidades móveis											
5549	1678	Unidade	4	12	0	10	250.000,00	272.977,00	189.195,68	189.195,68	189.195,68
Iniciativa(s): 0005 - Apoiar a implantação e funcionamento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher nos municípios											
5550	1679	Unidade	8	12	0	12	30.000	30.163	20.680	20.680	20.680
Iniciativa(s): 0006 - Realizar caravanas de enfrentamento à violência contra as mulheres											
7820	1254	Unidade	10	13	0	3	0,00	253.914,00	139.652,18	88.566,54	88.566,54
Iniciativa(s): 0005 - Apoiar a implantação e funcionamento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher nos municípios											
Compromisso: 03 - Promover a autonomia social e econômica da mulher											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 - Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas											
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira					
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
5553	1254	Unidade	3	7	0	3	10.000,00	662.255,0	361.374,80	328.271,00	328.271,00
Iniciativa(s): 0002 -Capacitar profissionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social											
5557	1682	Unidade	11	11	0	5	0,00	282.781,0	282.780,50	282.780,50	282.780,50

Iniciativa(s): 0004 - Apoiar a implementação de projetos produtivos para inclusão sócioeconômica de mulheres quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais											
5558	1683	Unidade	2	23	0	13	872.000,00	1.573.586	916.820,64	876.623,34	876.623,34
Iniciativa(s): 0006 - Apoiar técnica e financeiramente projetos da sociedade civil e dos poderes públicos nas áreas social, econômica e cultural											
7835	1682	Unidade	10	10	0	9	0,00	842.498	352.637,44	352.637,44	352.637,44
Iniciativa(s): 0006 - Apoiar técnica e financeiramente projetos da sociedade civil e dos poderes públicos nas áreas social, econômica e cultural											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres											
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira					
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
4675	1562	Unidade	1	1	0	1	60.000,00	16.374,00	10.816,57	10.816,57	10.816,57
Iniciativa(s): 0002 - Manter o funcionamento e as atividades do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): Assessoria de Comunicação											
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira					
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
5824	1692	Unidade	8	8	0	1	320.000	287.392,	197.300,00	197.300,00	197.300,00
Iniciativa(s): 0011 - Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres											

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2016-2019 – M&A 011.

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

O exercício de 2017 findou-se com uma análise positiva da gestão administrativa dessa instituição, referente à adoção dos procedimentos administrativos relacionados a licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos, contratos de gestão, convênios de captação, convênios de repasse, acordos de cooperação, termos de fomento, termos de colaboração firmados ao longo do exercício e/ou em exercícios anteriores com execução em 2017.

Todos os procedimentos foram realizados observando as exigências legais. Ressalta-se que não foi necessário adotar processos administrativos disciplinares e de sindicância.

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite					
Tomada de preços					
Concorrência					
Pregão Presencial					
Pregão Eletrônico			14	14	R\$ 561.117,91
Concurso					
Consulta					
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)					
Outros ⁽⁴⁾					
Subtotal			14	14	R\$ 561.117,91
Contratação direta					
Dispensa			50	50	R\$ 571.204,73
Inexigibilidade			02	02	R\$ 4.360,00
Outros ⁽⁵⁾					
Subtotal			52	52	R\$ 575.564,73
Total			66	66	R\$ 1.136.682,64

Fonte: Administrativo / DAF / SPM

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.

⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.

⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta.

TABELA 10 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	13	R\$750.607,37	R\$347.451,85

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).

TABELA 11 – Contratos de gestão firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão	11	R\$594.211,51	R\$594.211,51

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).

TABELA 12 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	41	R\$3.316.110,13	R\$2.250.079,11	R\$5.387.032,11

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

TABELA 13 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão	03	R\$1.560.000,00	0,00	R\$1.560.000,00

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

QUADRO 10 – Tomadas de contas de contratos de gestão

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	00
Em andamento ⁽²⁾	00
Concluídas ⁽³⁾	00

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 14 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Recebimento (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andament o (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	0	8	3	R\$6.004.655,59	R\$788.186,44	R\$4.915.866,70
Outros Ajustes (5)						
Total	0	8	3	R\$6.004.655,59	R\$788.186,44	R\$4.915.866,70

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

Ao iniciar esta Gestão em 2015 verificamos, após um minucioso e necessário levantamento processual, a inexistência da adequada sistematização da Pasta de dados referentes aos convênios federais, ensejando, pois, um minucioso levantamento de todos os instrumentos pactuados com o propósito de constituir bases de informações mais consistentes para adoção dos procedimentos legais cabíveis.

TABELA 15 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	11	10	04	R\$ 2.154.211,51	R\$594.211,51	R\$ 2.154.211,51
Outros Ajustes (5)						
Total	11	10	04	R\$ 2.154.211,51	R\$594.211,51	R\$ 2.154.211,51

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 11 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	00
Em andamento ⁽²⁾	00
Concluídas ⁽³⁾	00

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

Ao iniciar esta Gestão em 2015 verificamos, após um minucioso e necessário levantamento processual, a inexistência da adequada sistematização da Pasta de dados referentes aos convênios celebrados até o ano de 2013 entre o Estado da Bahia, por meio desta Secretaria com diversas entidades e municípios, ensejando, pois, um minucioso levantamento de todos os instrumentos pactuados com o propósito de constituir bases de informações mais consistentes para adoção dos procedimentos legais cabíveis. Com esse objetivo, fomos surpreendidos com um vasto contingente de instrumentos conveniais em situação de inadimplência e irregularidade, totalizando, assim, 73 (setenta e três) convênios nesta situação, no montante de R\$ 4.322.644,69 (quatro milhões trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), ressaltando que deste volume de recursos, houve a devolução para os cofres públicos no valor de R\$ 251.544,72 (duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos), após os procedimentos de fiscalização.

A partir daí, em primeira instância, efetuamos diversas diligências junto aos representantes legais das Entidades e Gestores dos Municípios, solicitando a prestação de contas e documentações contábeis complementares de cada ajuste firmado, até que fosse procedido o saneamento das pendências identificadas.

Apesar dos esforços desenvolvidos não obtivemos o êxito habilmente proposto acerca desta ação, razão pela qual a Titular desta Pasta mediante ato administrativo publicado no Diário Oficial do Estado instaurou as regulares **Tomadas de Contas Especial**, em cumprimento ao Decreto Estadual Nº 9.266/2004, bem como a Resolução TCE Nº 144/2013, providência esta que se estende até o presente exercício.

Quanto aos convenientes inadimplentes, esta Secretaria registrou a situação de inadimplência de cada entidade no sistema corporativo do Estado, SICON – Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos, destinado a tal finalidade, atendendo o que estabelece o Artigo 4º, inciso IX, da Resolução Nº 144/2013;

Ressaltamos que, em atendimento aos dispositivos elencados na Resolução nº 144/2013 – TCE, principalmente no art. 4º, § 2º, onde diz que o acompanhamento e fiscalização dos convênios e instrumentos congêneres deverão ser verificados estritamente a execução dos objetos e a regularidade das prestações de contas, a SPM, encaminhou ao Tribunal de Contas, no prazo legal, o demonstrativo dos convênios e instrumentos congêneres em vigência ou concluídos no prazo vigente, conforme Ofício SPM nº 009/2016 enviado à Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas – MPC/TCE-BA, atendimento ao Ofício GAPRE –TCE Nº 566/2016 e ao Ofício TCE Nº 024/2016, bem como o envio ao TCE do Demonstrativo Quadrimestral – período maio a agosto/2016.

Além disto, encaminhamos os Processos Administrativos de Tomada de Contas Especial, em cumprimento às Portarias Nº 050, 051,052, 053, 055/2015, 007/2016 e 009/2016 autorizadas pela titular desta Pasta, para a PGE- Procuradoria Geral do Estado, em conformidade com o Artigo 8º Parágrafo único da Resolução TCE Nº 144/2013.

Ocorre que, a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, - PGE, através do NSAS- Nº 004/2016, retornou os referidos processos para esta Secretaria e se manifestou acerca dos 35 (trinta e cinco) processos administrativos de Tomada de Contas Especial, oriundos desta Secretaria, ponderando os atos normativos, a exemplo de, Parecer nº PA-NPA-NCAD-ACN-MVC-03/2015, Portaria PGE nº 105, de 17 de agosto de 2016, Decreto Estadual nº 11.738/2009 e Portaria PGE nº 119/2011.

Face a manifestação da PGE, esta Secretaria encaminhou o expediente acima referenciado ao TCE – Tribunal de Contas do Estado da Bahia, através do processo administrativo nº 6270160009186, sendo protocolado no referido órgão através do número TCE/008716/2016 para conhecimento e emissão de parecer quanto aos

procedimentos a serem adotados quanto aos Processos Administrativos de Tomadas de Contas Especial em pauta.

TABELA 16 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Acordos de Cooperação	0	0	0			
Termos de Fomento	0	0	0			
Termos de Colaboração	0	0	0			
Total	0	0	0			

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos acordos/termos vigentes no exercício da prestação de contas.

QUADRO 12 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	00
Em andamento (2)	00
Concluídas (3)	00
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	00
Em andamento (2)	00
Concluídas (3)	00
Tomadas de contas de termos de colaboração	
Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	00
Em andamento (2)	00
Concluídas (3)	00

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 13 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias			
Processos administrativos disciplinares			

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

Notas:

(1) Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área patrimonial

Em 2017 foi realizado trimestralmente a contagem de itens do estoque, atualizadas as quantidades inventariadas, gerando os balancetes de verificação do período e encaminhado para o setor financeiro para que fosse realizada a devida conciliação: Estoque X Financeiro.

Ao final do exercício de 2017 foi realizado o inventário anual de bens de consumo, onde a contagem de itens do estoque foi realizada pela comissão de inventário, criada pela portaria Nº 0020/2017 e, devidamente atualizada no SIMPAS, após a geração dos relatórios anuais pelo módulo de estoque, bem como o balancete de verificação anual. Estes foram encaminhados ao setor financeiro para que fosse realizada a conciliação e assim findada foi encaminhada para SAEB com os devidos saldos SIMPAS X FIPLAN devidamente equiparados.

Em razão do trabalho da Comissão de Inventário de Bens Permanentes designados para o exercício de 2015, 2016 e 2017 conforme Portarias nºs 0048/2015, 026/2016 e 0021/2017 encontrou-se as seguintes situações:

- 1- a maioria dos móveis encontrados não estão locados nas unidades correspondentes;
- 2- alguns bens sem as plaquetas de identificação;
- 3- no final do exercício de 2014 não foram lançados as divergências detectadas

entre os sistemas FIPLAN X SIAP.

Diante das divergências de informações encontradas a referida comissão realizou em 2017 o levantamento físico dos bens patrimoniais pertencentes à Secretaria de Políticas para as Mulheres, tanto na sede quanto no interior do Estado, inclusive núcleos e delegacias de atendimento a mulher, bem como iniciou um processo de devolução de bens sem uso, colocando as plaquetas de identificação nos bens que estão sem número de tombamento. Em 2018 continuaremos realizando este trabalho no intuito de sanar todas as divergências.

Em 2015, 2016 e 2017 todos os bens permanentes que foram adquiridos foram devidamente lançados no SIAP – Sistema de Administração de Patrimônio, tombados e devidamente conciliados com o sistema financeiro FIPLAN.

As diferenças encontradas referentes aos anos anteriores a 2015 estão sendo identificadas pelo setor financeiro juntamente com o setor de patrimônio para que no primeiro semestre de 2017 seja regularizada em relação ao tombamento, bem como a verificação física.

TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

R\$1,00

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	R\$ 19.681,29	R\$ 173.079,81	R\$ 53.833,13	R\$ 138.927,97
Bens permanentes	R\$4.691.639,35	R\$4.152.012,29	R\$3.230.362,12	R\$5.613.289,52
Total	R\$4.711.320,64	R\$4.325.092,10	R\$3.284.195,25	R\$5.752.217,49

Fonte: Administrativo / Financeiro / DAF / SPM

TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno							
Fazenda							
Edificação							
Barragem							
Adutora							
Total							

Não se aplica.

QUADRO 14 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Não se aplica

QUADRO 15 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Não se aplica

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário.



5. ÁREA DE PESSOAL

5.1 Análise da gestão de pessoal

Entre os anos de 2016 e 2017 a movimentação de pessoal - nomeações e exonerações, não geraram impacto financeiro na folha de pagamento desta Secretaria.

Em 2017 não houve nenhuma nova contratação de REDA além dos 8 cargos já existentes em 2016;

As servidoras colocadas à disposição desta SPM em 2017 foram cedidas pelos seus órgãos de origem sem ônus para a SPM;

Assim, de acordo ao apresentado nas tabelas 19, 20 e 21, pelo quadro 16, e pelos relatos acima, não houve elevação de custos com pessoal nesta Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A RAIS deverá ser enviada no mês de Março/2018.

TABELA 19 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2016	2017
Servidores da UJ		
Efetivos	0	0
Celetistas	0	0
À disposição de outros órgãos	0	0
Subtotal	0	0
Outros		
REDA	8	8
De outros órgãos à disposição da UJ	4	5
Subtotal	12	13
Total	12	13

Fonte: RH / DAF / SPM

TABELA 20 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2016	2017
Com vínculo	00	00
Sem vínculo	34	34
Total	34	34

Fonte: RH / DAF / SPM

TABELA 21 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa empenhada (R\$)		% de variação
	2016	2017	
Servidores	2.325.827,82	2.256.194,91	-2.99%
REDA	291.684,97	255.007,13	-12.57%
Total	2.617.512,79	2.511.202,04	-4.06%

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial / Financeiro / DAF / SPM

QUADRO 16 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	00
Cargo comissionado	14
REDA	01
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	00
Cargo comissionado	14
REDA	01
Disponibilização	
De outros órgãos	06
Para outros órgãos	00
Aposentadoria	00

Fonte: RH / DAF / SPM

6. CONTROLE INTERNO

Com base na Lei nº 13.204 de 11 de dezembro de 2014 que modificou a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, esta secretaria não foi contemplada com a criação da Coordenação de Controle Interno em conformidade com o Parágrafo único do artigo 24º

Entretanto, de acordo com a Portaria/SPM-Ba Nº 0017 de 24 de outubro de 2017, foi instituída a COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO com a finalidade de desempenhar funções de supervisão, acompanhamento e monitoramento da execução dos projetos com fiscalização do planejamento orçamentário e financeiro, em estreita articulação com o Gabinete da Secretária, a Assessoria de Planejamento

e Gestão e a Diretoria Administrativa e Financeira. Composta pelas servidoras: Fernanda Vieira Nascimento, Maristela Nery Lopes, Margarida Alves e Lanai Santana. Esta comissão está no início dos trabalhos, ainda sem trabalhos concluídos mas já temos um Planejamento anual elaborado para a comissão.

QUADRO 17 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção
Em andamento	Em andamento

7. CONTROLE EXTERNO

QUADRO 18 – Determinações/recomendações do TCE/BA

Determinações / recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º		
Processo TCE n.º		

Não se aplica

Observação :

Esta secretaria encontra-se no aguardo das recomendações referente ao exercício de 2017.

QUADRO 19 – Recomendações dos demais órgãos de controle

Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Outros trabalhos de auditoria			

Não houve

Salvador, 27 de Fevereiro de 2018.



Julieta Maria Cardoso Palmeira